

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA BARAÚNAS II ENERGÉTICA
S/A.**

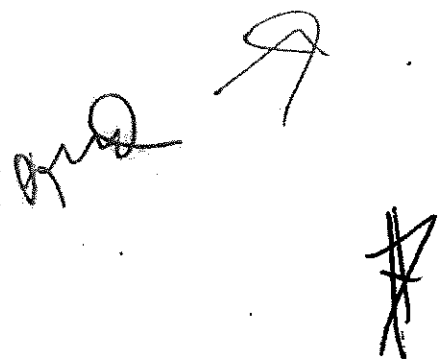
entre

BARAÚNAS II ENERGÉTICA S/A
como Emissora

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS**
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

Datado de
9 de janeiro de 2017

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the document.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA BARAÚNAS II ENERGÉTICA S/A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

BARAÚNAS II ENERGÉTICA S/A, sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 2.589, 8º Andar – Parte, Boa Viagem, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 51.020-031, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.905.679/0001-96, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

de outro lado, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme definido adiante) (os "Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala b, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

Emissora e Agente Fiduciário, doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte", resolvem, na melhor forma de direito, firmar o presente *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Baraúnas II Energética S/A* ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 11 de outubro de 2016 ("AGE de 11.10.2016"), conforme rerratificadas na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 28 de dezembro de 2016 ("AGE de 28.12.2016"), nas quais: (i) foram aprovadas as condições da Emissão (como definido adiante), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e em conformidade com a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e com a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); e (ii) a Diretoria da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão (como definido adiante).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), será realizada com observância aos requisitos abaixo.

2.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e do artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM e, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, não será objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta e a comunicação de seu encerramento à CVM ("Comunicado de Encerramento da Oferta"), nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM nº 476.

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.2.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA. A Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA exclusivamente com o intuito de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, desde que o registro aqui tratado seja devidamente regulamentado pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do referido código, até a data de envio do Comunicado de Encerramento da Oferta à CVM.

2.3. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.3.1. As atas da AGE de 11.10.2016 e da AGE de 28.12.2016 serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (“JUCEPE”) e publicadas no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (“DOEPE”) e no jornal “Diário da Manhã”, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, assim como seguirão este procedimento eventuais atos societários posteriores da Emissora, que sejam realizados em razão da Emissão.

2.4. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPE, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. O arquivamento da presente Escritura perante a JUCEPE deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, a contar da data de celebração da Escritura, nos termos do artigo 36 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, sendo que as cópias digitalizadas desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEPE e autenticadas por meio de chancela digital, deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias após a data dos respectivos arquivamentos.

2.5. Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira

2.5.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Enquadramento das Debêntures no Artigo 2º da Lei 12.431.

2.6.2 As características das Debêntures se enquadram nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), possuindo as Debêntures todas as características necessárias para atender aos requisitos previstos na Lei 12.431, incluindo (i) a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão para o pagamento futuro e/ou o reembolso de gastos, despesas ou dívidas, relacionados ao Projeto de Investimento (conforme definido abaixo), limitado a prazo inferior ou igual a 24 (vinte e quatro) meses, contados do envio do Comunicado de Encerramento da Oferta para a CVM, nos termos do artigo 1º, § 1-C, da Lei 12.431 e da Cláusula 3.7 abaixo; e (ii) o Projeto de Investimento foi considerado prioritário, nos termos

da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 283, de 23 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 25 de junho de 2015.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o estatuto social da Emissora, seu objeto social consiste na geração e comercialização de energia eólica, com aproveitamento de recursos eólicos provenientes do Parque Eólico denominado EOL Baraúnas II, bem como a geração e a comercialização de créditos de carbono, nos moldes previstos no Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, de 1998.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais), na Data de Emissão (conforme definido adiante).

3.4. Número de Série

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sendo 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures, no valor total, na Data de Emissão (conforme definido adiante), de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais), sob o regime de melhores esforços de colocação e garantia firme de liquidação, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (o "Coordenador

Líder”), nos termos do *Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, com Garantia Firme de Liquidação, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Baraúnas II Energética S/A*, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Colocação”).

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido na Cláusula 3.5.3 abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta será destinada somente a Investidores Profissionais e, para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, observado que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor, para os fins dos limites previstos na Cláusula 3.5.2 acima.

3.5.4. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão documento atestando, dentre outras declarações, (i) que efetuaram sua própria análise da capacidade de pagamento da Emissora; (ii) sua condição de Investidor Profissional, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (iii) sua ciência, entre outras coisas, de que: (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iv) sua concordância expressa a todos os termos e condições desta Escritura.

3.5.5. A Emissora obriga-se a (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer Investidor Profissional, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais nesse período. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais na República Federativa do Brasil.

3.5.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.

3.5.7. Os atuais acionistas da Emissora possuirão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da Oferta, para, nas proporções por cada um deles direta ou indiretamente detidas no capital social da Emissora, exercer o direito de preferência na subscrição das Debêntures, período em que poderão livremente negociar a cessão e/ou transferência dos direitos de preferência à subscrição das Debêntures entre si e a terceiros.

3.5.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

3.5.9. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.5.10. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante e o escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, no Município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador", conforme o contexto requeira, definição esta que incluirá qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou Escriturador acima nomeado na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente destinados ao pagamento futuro e/ou o reembolso de gastos, despesas ou dívidas, limitado a prazo inferior ou igual a 24 (vinte e quatro) meses, contados do envio do Comunicado de Encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 1º, § 1-C, da Lei 12.431, relacionados à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Baraúnas II, no Município de

Sento Sé, Estado da Bahia, com potência instalada inicialmente de 21.600 kW (vinte e um mil e seiscentos quilowatts), composta por 8 (oito) unidades geradores, posteriormente alterada, em razão da Resolução Autorizativa Aneel n.º 5.621, de 02 de fevereiro de 2016, para 25.850 kW (vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta quilowatts), passando a ser composta por 11 (onze) unidades geradoras, e sistema de transmissão de interesse restrito, projeto de investimento em infraestrutura da Emissora considerado prioritário, nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 283, de 23 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 25 de junho de 2015 ("Projeto de Investimento").

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2017 ("Data de Emissão").

4.2. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista.

4.3. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, ou seja, o seu pagamento não será assegurado por garantia real, fidejussória ou flutuante.

4.5. Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2027 ("Data de Vencimento").

4.6. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100,00 (cem reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.7. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures.

4.8. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em cada data de subscrição (sendo qualquer data em que ocorrer uma subscrição e integralização de Debêntures doravante denominada como uma “Data de Integralização”), no ato da subscrição, por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário correspondente, acrescido da Remuneração (definida na Cláusula 4.10.1 abaixo), calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização (“Preço de Integralização”).

4.9. Atualização Monetária das Debêntures: o Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”), a partir da Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (“Atualização Monetária”). O Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário, atualizado pela Atualização Monetária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de números-índices do IPCA considerados na Atualização Monetária, sendo " n " um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês da data de aniversário, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do mês da data de aniversário;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês " k ";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de aniversário imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo " dup " um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis entre data de aniversário imediatamente anterior e a data de aniversário imediatamente subsequente, sendo " dut " um número inteiro.

observado que:

1. Os fatores resultantes das expressões são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
2. Considera-se data de aniversário todo dia 15 de cada mês.
3. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.
4. Os valores dos finais de semana ou feriados declarados nacionais serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.
5. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.
6. Se, quando do cálculo da Atualização Monetária, o IPCA não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer

compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

7. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação do IPCA por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação do IPCA às Debêntures, por proibição legal ou judicial ("Período de Ausência do IPCA"), será utilizado, em substituição ao IPCA, o novo parâmetro legalmente estabelecido em seu lugar.

8. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do encerramento do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), a se realizar no prazo previsto na Cláusula 8.2.3 abaixo, para que os Debenturistas definam, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro a ser aplicado ("Índice Substitutivo"), observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e a Lei 12.431 (como adiante definido).

9. Caso os Debenturistas e a Emissora não cheguem a um acordo sobre a definição do Índice Substitutivo, na Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido) referida no item 8 acima, a Emissora deverá, tão logo seja possível, observados os prazos e condições estabelecidos na Cláusula 4.15 abaixo, resgatar a totalidade das Debêntures em até 30 (trinta) dias contados da referida Assembleia Geral de Debenturistas (conforme adiante definido). Até a definição do Índice Substitutivo ou até o resgate antecipado das Debêntures, conforme o caso, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e/ou os Debenturistas, quando da definição do Índice Substitutivo ou quando do resgate antecipado das Debêntures, conforme o caso.

10. Caso o IPCA volte a ser divulgado antes da definição do Índice Substitutivo ou do efetivo resgate antecipado das Debêntures, conforme o caso, o IPCA voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, quando da sua divulgação, e a Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido) e o resgate antecipado das Debêntures referidos acima não serão mais realizados.

4.10. Remuneração

4.10.1 Sobre o Valor Nominal Unitário, atualizado pela Atualização Monetária, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 7,9641% (sete vírgula nove, seis, quatro, um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até o final de cada Período de Capitalização (como adiante definido) ("Remuneração").

4.10.2 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis, e paga ao final de cada Período de Capitalização (como adiante definido). O primeiro Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (como adiante definido), exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração (como adiante definido) imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (como adiante definido) subsequente, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.10.3 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração, devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário, atualizado pela Atualização Monetária, informado / calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme a Cláusula 4.9 acima; e

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left(\frac{\text{Taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Taxa = 7,9641; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (como adiante definido) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.


4.11. Pagamento da Remuneração

4.11.1 A Remuneração será paga semestralmente, respeitado o Período de Carência (definido na Cláusula 4.12 abaixo), em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de janeiro de 2019 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de pagamento da Remuneração (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.11.2 Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas no fechamento do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento de Remuneração.

4.12. Carência: haverá carência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da Data de Emissão, para o pagamento do principal e para o pagamento da Remuneração ("Período de Carência").

4.13. Amortização

4.13.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, respeitado o Período de Carência, em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de janeiro de 2019, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"): 

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário (Taxa _i)
1ª	15.01.2019	9,7000%
2ª	15.07.2019	8,0000%
3ª	15.01.2020	8,0000%
4ª	15.07.2020	8,0000%
5ª	15.01.2021	8,0000%
6ª	15.07.2021	9,0000%
7ª	15.01.2022	9,0000%
8ª	15.07.2022	8,0000%
9ª	15.01.2023	8,0000%
10ª	15.07.2023	8,0000%
11ª	15.01.2024	7,8000%
12ª	15.07.2024	1,0000%
13ª	15.01.2025	1,0000%
14ª	15.07.2025	1,5000%
15ª	15.01.2026	1,5000%
16ª	15.07.2026	1,0000%
17ª	15.01.2027	2,5000%

4.13.2 Em cada Data de Amortização das Debêntures, será agregado à parcela a ser amortizada o valor da Atualização Monetária proporcional ao período, tendo como base a Data de Emissão e o percentual definido na tabela acima, obedecendo à seguinte fórmula:

$$AMT = Vne(Amort) \times Taxa_i \times C$$

onde:

AMT = valor unitário da amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Vne(Amort) = Valor Nominal Unitário, sem a Atualização Monetária, calculado/informado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Taxa_i = taxa da i-ésima parcela de amortização, na forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais, conforme indicado na coluna "Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário" da tabela da Cláusula 4.13.1 acima.

C = índice de Atualização Monetária, calculado conforme Cláusula 4.9 acima.

4.13.3 A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar amortização extraordinária das Debêntures.

4.14. Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, exceto conforme disposto na Cláusula 4.15 abaixo.

4.15. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: Desde que seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo a Lei 12.431 e/ou a regulamentação, pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), da possibilidade de resgate prevista no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, após 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, podendo ser oferecido prêmio ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

i) a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.22 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas ("Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (b) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (c) a forma de manifestação, à Companhia, com cópia ao Agente Fiduciário, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, bem como o prazo para manifestação dos investidores; (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em

adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

ii) a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, indicada na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios e data efetiva de resgate, estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (b) com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;

iii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;

iv) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 4.17 abaixo; e

v) todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.16. Aquisição Facultativa: A Emissora e/ou qualquer parte a ela relacionada poderá, a qualquer tempo a partir de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido à Emissora realizar a aquisição de qualquer das Debêntures antes de tal

data, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo a Lei 12.431 e a regulamentação do CMN, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. Adicionalmente, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN.

4.17. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (c) na sede da Emissora.

4.18. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados todos os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo de Encargos Moratórios (como definido na Cláusula 4.19 abaixo) aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia (i) em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com relação aos pagamentos que não devam ser realizados por meio da CETIP, se houver, ou (ii) que não seja um Dia Útil, com relação aos pagamento que devam ser realizados por meio da CETIP.

4.19. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.20. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Observado o disposto na Cláusula 4.18 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.22 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

4.21. Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.22. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOEPE e no jornal "Diário da Manhã" ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da controladora da Emissora na rede mundial de computadores (www.brennandenergia.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar tais atos e decisões ao Agente Fiduciário e à CETIP. Caso a Emissora altere o seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

4.23. Imunidade Tributária: As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431, e, conseqüentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.24. Classificação de Risco: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures.

CLÁUSULA V

VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Eventos de Vencimento Antecipado

5.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.1.2 e seguintes abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento antecipado, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração e, conforme o caso, dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência das seguintes hipóteses, respeitados os respectivos prazos de cura (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente da Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária, principal ou acessória, relacionada com as Debêntures, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- iii) se a Emissora requerer ou entrar em processo de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento de seu processamento ou concessão pelo juízo competente;
- iv) se a Emissora requerer autofalência, for dissolvida e entrar em liquidação e/ou tiver decretada a sua falência e/ou liquidação e/ou dissolução;
- v) se, a partir da presente data, a Emissora tiver título protestado por falta de pagamento, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ainda que na condição de garantidora, salvo se for comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que tal protesto foi cancelado, suspenso ou se foi realizado depósito em valor correspondente ou dada garantia em montante julgado suficiente pelo juízo no prazo de

10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua existência;

vi) se a Emissora tiver seu controle acionário alterado, direta ou indiretamente, sem antes obter anuência expressa dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido);

vii) na ocorrência de qualquer fato ou evento que caracterize desvio de finalidade e/ou modificação do objeto social e/ou alienação ou perda de parte do patrimônio da Emissora ou, ainda, criação de ônus ou gravames de qualquer natureza sobre ativos relevantes da Emissora, que, a exclusivo critério dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), possa comprometer a solvabilidade e capacidade de pagamento da Emissora, ressalvados os gravames atuais e futuros constituídos em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES");

viii) se, a partir da presente data, a Emissora tiver sua qualidade de crédito deteriorada, o que se verificará, inclusive, mas sem limitação, através de inserção de restrições nos sistemas de informações financeiras, ou ainda, se for proposta ou iniciada contra a Emissora ou seus administradores qualquer procedimento investigativo, administrativo, judicial ou extrajudicial, ou de qualquer natureza que possa, a exclusivo critério dos Debenturistas, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), comprometer o seu crédito decorrente dessa Escritura;

ix) se for verificada a falsidade ou inexatidão, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão, desde que tal falsidade perdure por um prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou, em caso de inexatidão, desde que esta não seja sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento pela Emissora;

x) não renovação, cassação, cancelamento, revogação, extinção, intervenção ou suspensão das autorizações, outorgas, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, de qualquer natureza, que sejam indispensáveis para o regular desenvolvimento do Projeto de Investimento e para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora no Projeto de

Investimento, desde que não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que deveria ter sido renovado ou da data do respectivo cancelamento, cassação, revogação, extinção, intervenção ou suspensão, esclarecido que não serão considerados Eventos de Inadimplemento os pedidos de renovação de autorizações, outorgas, concessões, subvenções, alvarás ou licenças realizados tempestivamente e nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

xi) descumprimento pela Emissora de qualquer decisão administrativa ou judicial transitada em julgado ou laudo arbitral definitivo que contenha a obrigação de pagar valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu valor equivalente em moeda estrangeira, ressalvado o direito da Emissora apresentar impugnações e/ou embargos à execução dentro das hipóteses legais;

xii) ajuizamento de ação de execução contra a Emissora, arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada em até 30 (trinta) dias corridos da sua realização;

xiii) se for verificada a existência de sentença condenatória transitada em julgado que envolva a prática de trabalho infantil, lavagem de dinheiro, trabalho análogo ao escravo, prostituição, atos lesivos ao meio ambiente ou qualquer espécie de irregularidade, movido em face da Emissora, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nessa alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;

xiv) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer forma de distribuição de lucro pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, exceto se previamente aprovada pela totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação (como adiante definido), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), ressalvado, no entanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

xv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações e direitos nos termos das Debêntures, sem a prévia anuência de titulares das Debêntures que

representem, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido), com base em deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido);

xvi) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures ou desta Escritura, desde que não revertida em até 10 (dez) dias;

xvii) na ocorrência de quaisquer hipóteses contidas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro");

xviii) transformação da Emissora em sociedade que não seja sociedade anônima, sem a prévia anuência de titulares das Debêntures que representem, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido), com base em deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido);

xix) na ocorrência de incorporação (incluindo incorporação de ações), fusão, cisão da Emissora, exceto se previamente aprovado por 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido), em Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido);

xx) na ocorrência de violação ou indício de violação, pela Emissora, de qualquer dispositivo das leis nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei 12.846"), conforme alteradas, do *US Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) ou do *UK Bribery Act* (conjuntamente, as "Leis Anticorrupção");

xxi) tentativa ou prática, pela Emissora, de qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por procedimento de ordem litigiosa, judicial, arbitral ou administrativa, esta Escritura de Emissão, os demais documentos da Emissão e da Oferta, qualquer das respectivas cláusulas ou qualquer outro contrato relativo a esta Escritura de Emissão e/ou aos demais documentos da Emissão e da Oferta;

xxii) caso as demonstrações financeiras da Emissora não sejam devidamente auditadas por auditores independentes registrados junto à CVM e divulgadas, em conformidade com as normas aplicáveis;

xxiii) caso seja verificado pelo Agente Fiduciário que houve desvio da destinação dos recursos obtidos com a Emissão, conforme destinação definida na Cláusula 3.7 acima;

xxiv) descumprimento de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora perante o BNDES ou suas subsidiárias, que não seja comprovadamente regularizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar do vencimento da respectiva obrigação; ou

xxv) a declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento contratado pela Emissora junto ao BNDES ou suas subsidiárias, desde que tal vencimento antecipado seja motivado pelo descumprimento de obrigação financeira assumida pela Emissora.

5.1.1.1. Para os fins desta Escritura, o termo “Afiliada” significa qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, seja ligada ou coligada da Emissora, que seja por ela controlada, que seja sua controladora, que esteja sob controle comum ou que tenha administradores comuns, assim como qualquer grupamento societário, associação ou consórcio de que qualquer sociedade acima referida faça parte.

5.1.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas iv, x e xviii da Cláusula 5.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Emissora, judicial ou extrajudicial. Sem prejuízo do vencimento automático, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis, a contar de sua ciência de qualquer dos aludidos Eventos de Vencimento Antecipado, enviar à Emissora comunicação escrita, nos termos da Cláusula 5.1.4 abaixo, informando tal acontecimento.

5.1.3. Na ocorrência de qualquer dos demais Eventos de Vencimentos Antecipado (que não sejam previstos na Cláusula 5.1.2 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula VIII desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.1.3.1 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido) decidirem por considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das

Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto nas Cláusulas 5.1.4 e 5.1.5 abaixo.

5.1.3.2 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas acima referida, não seja deliberada a declaração do vencimento antecipado, ou caso tal Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

5.1.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente comunicação com aviso de recebimento à Emissora ("Comunicação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador e, em função do financiamento com o BNDES, para o BNDES, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Comunicação de Vencimento Antecipado, efetue pagamento do valor correspondente, nos termos desta Escritura de Emissão.

5.1.5. Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, conforme o caso. Nessa hipótese, o resgate será realizado em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Emissora, da Comunicação de Vencimento Antecipado pelo Agente Fiduciário comunicando sobre o vencimento antecipado ou declarando o mesmo, conforme o caso, nos termos desta Cláusula V.

5.1.6. Caso ocorra o vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP na mesma data, informando-a, ainda, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à data em que a Emissora deverá realizar o pagamento, caso este ocorra fora do ambiente da CETIP.

5.1.7. Não será hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de

eventual reescalonamento, com ou sem alteração de taxa, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida e taxa de juros assumidas pela Emissora perante o BNDES por meio do Contrato de Financiamento celebrado entre a Emissora e o BNDES, desde que permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura, incluídos o fluxo de recebíveis mínimo necessário para os pagamentos de amortização e juros das Debêntures.

CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicáveis, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

i) sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- c) no prazo de 3 (três) meses, contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet ou na página de sua controladora, as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- d) por um prazo de 3 (três) anos, contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea c) acima em sua página na internet ou na página de sua controladora;

- e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - f) divulgar, em sua página na Internet ou na página de sua controladora, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando, imediatamente, ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
 - g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, pela CETIP e pela ANBIMA.
- ii) fornecer ao Agente Fiduciário:
- a) no prazo de 3 (três) meses, contados da data de encerramento de seu exercício social, ou em até 2 (dois) dias úteis contados de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras auditadas completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (ii) declaração firmada por representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (2) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e (4) que seus bens foram mantidos devidamente assegurados;
 - b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, cópias eletrônicas (em formato .pdf) dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora;
 - c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de ciência da ocorrência, informações a respeito da ocorrência, informações e/ou documentos acerca (1) de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista

nesta Escritura de Emissão; e/ou (2) de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;

- d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora, relacionada, direta ou indiretamente (1) a qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (2) a um Evento de Vencimento Antecipado;
 - e) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, incluindo para atualização daqueles anteriormente prestados ou entregues ou em decorrência das disposições legais e regulamentares aplicáveis e/ou de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral; e
 - f) enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, assim como os atos societários e os dados financeiros da Emissora, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xiv) da Cláusula 7.4.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xv) da Cláusula 7.4.1. abaixo;
- iii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
 - iv) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- v) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, indispensáveis ao regular desenvolvimento das atividades dos seus objetos sociais;
- vi) manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- vii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- viii) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, auditores independentes registrados na CVM, o ambiente de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o ambiente de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- ix) realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
- x) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido);
- xi) convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido) para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- xii) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas (como adiante definido), sempre que solicitadas;
- xiii) responsabilizar-se pela veracidade e exatidão dos dados e informações prestadas no âmbito da Emissão e da Oferta;

xiv) dar ciência desta Escritura de Emissão e de seus termos e condições aos seus administradores e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;

xv) não transferir as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão a terceiros sem o prévio e expresse consentimento do Agente Fiduciário, conforme deliberado pelos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido) em sede de Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido);

xvi) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

xvii) promover o registro desta Escritura perante a JUCEPE, conforme previsto nesta Escritura e na Lei das Sociedades por Ações;

xviii) manter procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção, e dar conhecimento pleno de tais procedimentos a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com o Coordenador Líder e Agente Fiduciário, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste Contrato;

xix) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, de forma a:

- a) não utilizar seus recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas;
- b) não realizar qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros;
- c) não praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida;
- d) não violar as Leis Anticorrupção;

- e) não realizar nenhum pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal;
 - f) não oferecer, pagar, prometer ou autorizar o pagamento de qualquer quantia ou qualquer coisa de valor, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos de facilitação, taxas de urgência, gorjetas, presentes, brindes, entretenimentos, vantagens ou qualquer benefício, direta ou indiretamente, a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
 - g) abster-se de prometer, oferecer, dar, aceitar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de vantagem indevida a agente público ou terceira pessoa a ele relacionada;
 - h) abster-se de financiar, custear, patrocinar, ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos que atentem contra a Lei 12.846;
 - i) não praticar atos lesivos à autoridade governamental, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, devendo atuar em conformidade com a Lei 12.846;
- xx) Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole ou possa violar as Leis Anticorrupção, comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário, incluindo, mas sem se limitar a:
- a) ocorrência, solicitação ou suspeita de (1) qualquer pagamento, oferta, solicitação ou acordo para conceder vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter qualquer benefício para a Emissora, relacionado ou não às Debêntures, ou (2) qualquer evento que possa tornar imprecisas ou incorretas as declarações da Emissora contidas nesta Escritura, em relação ao cumprimento das Leis Anticorrupção;
 - b) instauração de, ou condenação em, qualquer processo ou procedimento (incluindo processos administrativos, inquéritos civis públicos, inquéritos policiais, comissões parlamentares de inquérito e procedimentos investigativos diversos) e ações judiciais;

- c) celebração de qualquer acordo de cooperação com autoridades públicas (e.g., acordos de leniência, termos de cessamento de conduta ou delação premiada), relacionados a atos lesivos contra a administração pública, nos termos da Lei 12.846, atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, atos ilícitos ligados à licitações e contratos públicos, nos termos da Lei nº 8.666/93, ilícitos concorrenciais nos termos da Lei nº 12.529/11, crimes contra a administração pública, crimes de licitação, crimes contra ordem econômica ou a qualquer conduta considerada corrupta pela legislação ou autoridade competente, nacional ou estrangeira; e
 - d) inscrição, se for o caso, da Emissora no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outros cadastros análogos instituídos por outros entes, nos termos da Lei 12.846;
- xxi) cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
- xxii) envidar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para manutenção do enquadramento da Emissão nos termos da Lei 12.431, de acordo os termos da regulamentação do Ministério de Minas e Energia; e
- xxiii) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário, a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação do Agente Fiduciário

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como agente fiduciário, representando os Debenturistas, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

7.2. Declarações do Agente Fiduciário

7.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

- vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) ser instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Bando de Couro Energética S/A ("1ª Emissão da Banda de Couro"), no valor total de R\$14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais), com emissão de 145.000 (cento e quarente e cinco mil) debêntures, com data de emissão em 15 de janeiro de 2017, com data de vencimento em 15 de janeiro de 2027. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização ou resgate das debêntures. As debêntures da 1ª Emissão da Banda de Couro não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão;
- xiii) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas da emissão de debêntures indicadas na alínea (xii) acima e aos Debenturistas; e
- xiv) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora.

7.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura, inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 7.3 abaixo.

7.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.2.5. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, desde que respeitados os quóruns de deliberação previstos nesta Escritura.

7.3. Substituição do Agente Fiduciário

7.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido) para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (como adiante definido), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (i) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (ii) a eventuais normas posteriores.

7.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEPE.

7.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração

poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido).

7.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

7.4. Obrigações do Agente Fiduciário

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem obrigações do Agente Fiduciário:

- i) exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, sem prejuízo de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, o arquivamento desta Escritura e de seus aditamentos na JUCEPE, sanando eventuais lacunas e irregularidades;

- viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- x) solicitar, quando considerar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas da Justiça do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), através de anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa mencionados na Cláusula 4.22 acima;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- e) resgate, repactuação e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora, conforme aplicável;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
- j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

xv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) na sede do Agente Fiduciário;
- c) na CVM;
- d) na CETIP; e

- e) no endereço da instituição financeira que atuou como Coordenador Líder na colocação das Debêntures.
- xvi) publicar, nos termos do da Cláusula 4.22 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório mencionado na alínea (xiv) se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (xv);
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas (estes a partir da data de subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures) autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação de Debenturistas;
- xviii) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado e agir conforme estabelecido nesta Escritura;
- xix) acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes na Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- xxii) disponibilizar o preço unitário das Debêntures calculado pela Emissora, aos titulares das Debêntures e à própria Emissora através do seu *website* (www.pentagonotruster.com.br).

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e



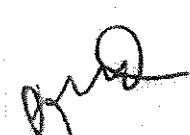
da realização de seus créditos, devendo, em caso de declaração de um Evento de Vencimento Antecipado:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o valor do principal e acessórios;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- iii) requerer a falência da Emissora; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. Observado o disposto na Cláusula 7.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 7.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (como adiante definido), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (como adiante definido).

7.6. Remuneração do Agente Fiduciário

7.6.1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade receberá uma remuneração de R\$11.000,00 (onze mil reais reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida até 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, calculadas *pro rata die*, se necessário. ("Remuneração do Agente Fiduciário"). A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*. A primeira parcela da Remuneração do Agente Fiduciário será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.



7.6.2. A Remuneração do Agente Fiduciário será:

- i) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário;
- ii) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- iii) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM/FGV, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- iv) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Emissora, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.7. Despesas do Agente Fiduciário

7.7.1. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que sejam necessárias ao exercício de sua função ou que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que, sempre que possível, as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no

prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas cartorárias;
- iv) transportes, viagens, alimentação e estadas, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- v) despesas com fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- vi) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- vii) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- viii) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas.

7.7.2. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na cláusula 7.7.2 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

7.7.4. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas descritas acima reembolsadas, caso estas não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.1.1. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, de forma suplementar a esta Escritura de Emissão o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas das companhias cujos valores mobiliários não são admitidos à negociação em mercados regulamentados (companhias fechadas).

8.2. Convocação e Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (como adiante definido) ou pela CVM.

8.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados nesta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

8.2.4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (como adiante definido).

8.2.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão instaladas, em primeira ou em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (como adiante definido).

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas.

8.4. Quórum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares de Debêntures ou não.

8.4.1.1. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de Afiliadas da Emissora; e (iii) de titularidade de administradores da Emissora ou de suas Afiliadas, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas aos administradores da Emissora ou de suas Afiliadas, inclusive cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau. Fica consignado, para os fins desta Escritura de Emissão, que serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures de titularidade dos acionistas pessoas naturais diretos ou indiretos da Emissora e/ou de suas Afiliadas e das

peessoas direta ou indiretamente relacionadas a estes, ainda que tais acionistas pessoas naturais sejam também administradores da Emissora ou de suas Afiliadas.

8.4.2. Todas e quaisquer deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou em segunda instalação.

8.4.3. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.4.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora, neste ato, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

i) a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;

ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- iv) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- v) exceto pelo disposto na Cláusula I acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão;
- vi) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social ou outros documentos societários da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (2) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Emissora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer dispositivo legal, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;
- vii) conduz, assim como suas respectivas controladoras (ou grupo de controle), controladas e sociedades coligadas, seus negócios e operações em cumprimento a todas as leis e regulamentos aplicáveis, e está, assim como suas controladoras (ou grupo de controle), controladas e sociedades coligadas, devidamente qualificadas e/ou registradas para o exercício de suas respectivas atividades;

viii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e declara que não ocorreu nenhum Evento de Vencimento Antecipado;

ix) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de cálculo da Remuneração que foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

x) os documentos e informações fornecidos ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário e/ou aos investidores são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

xi) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquela data e para aquele período e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

xii) está em dia com o pagamento de todas as suas respectivas obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante. Para os fins desta Escritura “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

xiii) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

xiv) inexistem, inclusive em relação às Afiliadas da Emissora, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa

ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (2) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

xv) os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão destinam-se exclusivamente a uso próprio da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão;

xvi) inexistem, em relação à Emissora, qualquer medida judicial ou extrajudicial ou arbitral que possa trazer implicações às Debêntures ou à Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, as que tratam (a) da revisão dos termos, condições, estrutura e cronograma de pagamentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) da rescisão, anulação ou nulidade desta Escritura de Emissão; ou (c) de qualquer outro pedido que possa inviabilizar o pleno exercício, pelos Debenturistas, dos direitos e prerrogativas relativos às Debêntures;

xvii) respeita e respeitará, durante o prazo de vigência das Debêntures, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como suas respectivas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil, em condição análoga à de escravo ou qualquer espécie de trabalho ilegal ou, ainda, de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental"), direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos, serviços ou correspondentes; a utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão não violará a Legislação Socioambiental;

xviii) está em dia com suas obrigações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e social, especialmente as normas referentes à saúde e segurança ocupacional, obrigando-se a comprovar esses fatos, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dessa quitação, desde que solicitada pelo Agente Fiduciário, e se assim solicitado a este pelos Debenturistas;

xix) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção pela Emissora;

xx) no seu melhor conhecimento, até a presente data, nem a Emissora, suas Afiliadas e nenhuma das pessoas naturais agindo na qualidade de seus representantes, incluindo mas não se limitando a gerentes, conselheiros, diretores e empregados (a) usa os seus recursos e/ou de suas Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realiza qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) viola qualquer Lei Anticorrupção; ou (d) realiza qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (conjuntamente, "Condutas Indevidas");

xxi) não foi, nem seus sócios, administradores e diretores, condenados, nos últimos 5 (cinco) anos, cumprem penalidade ou estão impedidos de exercer atividades em decorrência de atos lesivos contra a administração pública, nos termos da Lei nº 12.846, por atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, por atos ilícitos ligados à licitações e contratos públicos, nos termos da Lei nº 8.666/93, por ilícitos concorrenciais nos termos da Lei nº 12.529/11, por crimes contra a administração pública, por crimes de licitação, crimes contra ordem econômica ou por qualquer conduta considerada corrupta pela legislação nacional e estrangeira;

xxii) observa integralmente o disposto na Lei 12.846, não violou, viola ou violará as suas disposições, nem permitirá, autorizará ou ignorará tal violação, por qualquer pessoa, ao longo da vigência desta Escritura;

xxiii) não existem, entre seus sócios, administradores, diretores, funcionários, agentes, procuradores, consultores, bem como prepostos que venham a agir em seus respectivos nomes, agentes públicos ou terceiras pessoas a eles relacionadas, incluindo mas não se limitando a familiares ou pessoas relacionadas por laços profissionais, afetivos ou comerciais que possam influenciar suas decisões, e que ocupem posição/cargo ou desempenhem atividades que possam influenciar as atividades objeto da presente Escritura;

xxiv) manterá livros e registros contábeis adequados, onde serão detalhadas todas as despesas relacionadas ao cumprimento da presente Escritura;

xxv) protege e preserva o meio ambiente, por meio da prevenção e erradicação de práticas danosas ao meio ambiente, observando sempre a legislação vigente, inclusive no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente, dos Crimes Ambientais e das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como respeitam e se obrigam a respeitar todos os atos legais, normativos e administrativos da área ambiental e correlata, emanados nas esferas federal, estaduais e municipais, obrigando-se a obter e manter todos os documentos e licenças, autorizações e outorgas ambientais necessários ao regular desempenho de suas atividades;

xxvi) monitorara suas atividades de forma a identificar e mitigar impactos ambientais não antevistos na Data de Emissão;

xxvii) monitoraram seus fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos impactos ambientais, legislações sociais e trabalhistas, normas de saúde e segurança ocupacional, bem como verificar a inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil; e

xxviii) as declarações aqui prestadas são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade ou inexatidão, tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato, para fazer com que as declarações prestadas sejam enganosas ou incompletas.

9.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

9.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar, mediante decisão definitiva transitada em julgado, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas pela Emissora, nos termos da Cláusula 9.1 acima.

9.4. Sem prejuízo do disposto nesta Escritura, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e aos Debenturistas no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Comunicações

10.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, para o Banco Liquidante, para o Escriturador ou para o BNDES nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

BARAÚNAS II ENERGÉTICA S/A

Endereço: Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 2.589, 8º Andar – Parte
CEP 51.020-031 – Município de Recife - PE

At.: Sr. Adelson Gomes Ferraz e José Antêmio Alves Arruda

Telefone: (81) 2137-7010

E-mail: adelson.ferraz@brennandenergia.com.br, antemio@sentoseolicas.com.br com cópia para ricardo.rego@brennandenergia.com.br, pedro.pontual@brennandenergia.com.br, thiago.toscano@brennandenergia.com.br e gustavo.costa@brennandenergia.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Endereço: Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Endereço: Avenida República do Chile, nº 100 – 10º andar

CEP 20031-917 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Lígia Barros das Chagas Ferreira – Chefe do Departamento de energia Elétrica 3

Telefone: (21) 3747-9065

Fax: (21) 2172-6244

E-mail: ligia.chagas@bndes.gov.br

(iv) Para o Banco Liquidante / Para o Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Endereço: Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco – SP

At.: Departamento de Ações e Custódia

E-mail: prodcomercial@bradesco.com.br

10.1.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura, se feitas por correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio ou por telegrama.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da sua ocorrência. A Emissora será obrigada a comunicar ao Agente Fiduciário a eventual mudança dos endereços do Banco Liquidante, do Escriturador e do BNDES, sendo de sua responsabilidade a manutenção dos dados de comunicação do Banco Liquidante, do Escriturador e do BNDES devidamente atualizados.

10.2. Renúncia: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou

remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3. Despesas: Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

10.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica: Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e II da Lei nº 13.102, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições do artigo 497 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Aditamentos: Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário, arquivados na JUCEPE, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima.

10.5.1. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre (i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético e (ii) atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que tais alterações ou correções não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração nas condições de pagamento das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.6. Outras Disposições

10.6.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

10.6.2. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

10.6.3. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.

10.6.4. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.6.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.6.6. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

10.6.7. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

10.8.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.


Recife, 9 de janeiro de 2017.

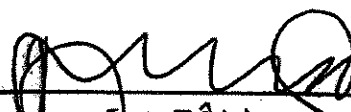
(Assinaturas na página seguinte)

(O espaço restante desta página foi deixado em branco intencionalmente)


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Baraúnas II Energética S/A, firmado entre Baraúnas II Energética S/A e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, no dia 9 de janeiro de 2017)

BARAÚNAS II ENERGÉTICA S/A


Nome: **ADELSON GÓES FERRAZ**
Cargo: **DIRETOR**


Nome: **JOSÉ ANTÔNIO ALVES ARAÚJA**
Cargo: **DIRETOR**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

TESTEMUNHAS:

1. Maria Victória Bachet
Nome: **Maria Victória Bachet**
CPF/MF: **439.702.938-55**

2. Dayana de Moraes Leite
Nome: **DAYANA DE MORAES LEITE**
CPF/MF: **053.076.064-94**